

Não desperdice a oportunidade de ser uma luz no mar profundo

eu.savethehighseas.org

© Greenpeace/Kate Davison

deepsea
conservationcoalition



geota
grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Lpn
Liga para a protecção da natureza



Pong Pesca



SCIAENA
Associação de Ciências Marinhas e Cooperação

SEAS AT RISK

spea



Exma. Sra. Ministra Assunção Cristas,

Enquanto acolhe a Semana Azul, plataforma para todos os que se interessam pelos oceanos, Portugal está envolvido nas negociações de um novo Regulamento da UE que visa garantir pescas de profundidade sustentáveis e proteger os ecossistemas de profundidade.

Os fundos marinhos constituem uma parcela significativa dos oceanos. Contudo, a deficiente regulamentação das pescas de profundidade ameaça a incrível e simultaneamente frágil biodiversidade dos fundos oceânicos, colocando em risco benefícios para a humanidade, que vão desde a regulação do clima a potenciais fármacos.

O atual Regulamento da UE, adotado em 2002, tem-se revelado ineficaz. Falhou na manutenção da maioria das unidades populacionais de profundidade dentro de limites biológicos sustentáveis, na recuperação de algumas das populações mais vulneráveis e depauperadas de peixes do Atlântico Nordeste e na proteção de corais, esponjas e montes submarinos vulneráveis.

O novo Regulamento da UE, atualmente em discussão no Conselho Europeu dos Ministros das Pescas, constitui uma oportunidade ímpar para Portugal proteger os ecossistemas de profundidade dentro da sua jurisdição – que são únicos na UE em termos de escala e diversidade – e assegurar capturas sustentáveis das unidades populacionais de profundidade relevantes para os pescadores portugueses.

No entanto, o governo português opõe-se a disposições fundamentais do projeto de regulamento em discussão no Conselho. Disposições essas que protegeriam os ecossistemas de profundidade vulneráveis e exigiriam a utilização de artes de pesca de baixo impacto e ambientalmente sustentáveis (já amplamente empregadas pela frota portuguesa) por todas as frotas pesqueiras de profundidade da UE, incluindo embarcações de outros países da UE que pescam em zonas de profundidade reivindicadas por Portugal.

No ano passado louvamos a sua decisão de proibir o arrasto de fundo e o uso de redes de emalhar de fundo numa vasta extensão das águas portuguesas e respetiva plataforma continental legal, continuando a permitir a utilização de métodos de pesca sustentáveis e tradicionais de pequena escala. O arrasto de fundo foi sistematicamente destacado nos relatórios científicos como principal ameaça aos ecossistemas de profundidade,

como os corais de água fria das águas portuguesas, que constituem, muitos deles, um importante habitat para espécies de peixe de valor comercial. Contudo, a portaria só se aplica à frota portuguesa, o que permite a embarcações estrangeiras a livre utilização destes métodos destrutivos para pescar em vastas áreas de leito marinho reivindicadas por Portugal.

Tínhamos esperança que Portugal seguisse na linha da sua iniciativa interna e defendesse a conservação dos fundos oceânicos, bem como pescas de profundidade sustentáveis, nas negociações da UE. Mas, infelizmente, a posição apresentada por Portugal nas negociações do Conselho Europeu vai no sentido contrário.

A Comissão Europeia propõe a eliminação progressiva da pesca de arrasto de fundo e com redes de emalhar de fundo para espécies de profundidade. Os parlamentos regionais dos Açores e da Madeira, arquipélagos em que as pescarias de profundidade são da maior importância, apoiam a eliminação progressiva do arrasto de fundo. No entanto, o governo nacional opõe-se, numa posição que não só contradiz a legislação adotada por Portugal para as suas frotas, como ignora os factos científicos.

Será que Portugal acredita que conseguirá proteger os ecossistemas de profundidade do Atlântico Nordeste isoladamente, quando algumas das mais importantes unidades populacionais de profundidade para os pescadores portugueses estão a ser capturadas com artes de pesca destrutivas por frotas de outros países da EU, como é o caso do peixe-espada preto?

Ainda vai a tempo de rever e emendar a posição de Portugal nas negociações do novo Regulamento, de modo a que esta não só reflita os passos positivos dados a nível nacional e as práticas sustentáveis dos pescadores portugueses, como também reconheça a necessidade de assegurar a proteção à escala europeia de alguns dos ecossistemas mais variados, do ponto de vista biológico, e vulneráveis que existem nas águas portuguesas e mais além.

É com todo o respeito que a instamos a ajudar à salvaguarda dos fundos marinhos, para bem dos cidadãos portugueses, dos pescadores, dos consumidores e das futuras gerações, fazendo de Portugal um exemplo mundial da conservação pioneira do leito marinho, um dos maiores e mais variados ecossistemas do planeta.

Consulte o texto completo da carta em:

<https://pongpesca.files.wordpress.com/2015/06/ong-carta-aberta-mam-p-prof-ue.pdf>
Contacto: pong.pesca@gmail.com